



GT 56. Memória e território: saberes e resistência em assentamentos rurais.

Coordenador(es):

Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro (UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho)
Sueli Pereira Castro (PPGAS)

Patrimônio cultural e território são termos complementares que expressam etnicidade, memória, relações de produção e práticas simbólicas, caracterizando diferentes formas de apropriação e uso da terra. Muitos desses grupos sociais que hoje discutem um projeto político no qual possam se colocar, restabelecem a unidade grupal perante o enfrentamento com a sociedade, revelando novas formas de sociabilidade a partir de uma situação de conflito. Nesta perspectiva, os assentamentos rurais na atualidade brasileira representam a construção de “novos territórios”, de espaços de apropriação, ou seja, a reterritorialização de famílias, envolvidas em perdas e conquistas de espaços de vida camponesa. Como estratégia de desenvolvimento rural, os assentamentos têm na agroecologia a sua lógica de produção, opondo-se ao modelo tecnológico baseado no produtivismo do agronegócio. Ao produzirem uma agricultura com base na preservação dos territórios, esta forma resgata a importância de um modo de vida camponês. Resgate este que possibilita novas formas produtivas, pautadas por projetos participativos de produção e circulação de produtos, contribuindo para enfrentar a destruição do meio ambiente e a exclusão social, duas consequências desastrosas e despolitizadoras agrárias pautadas pelo neoliberalismo. A criação desses espaços de trabalhos coletivos e solidários, tem integrado ao processo produtivo: homens, mulheres e jovens na perspectiva de combater a vulnerabilidade das populações do campo.

A Construção da Memória e Suas Formas de Resistência na Região Sul e Sudeste do Pará: O Massacre de Pau D'arco.

Autoria: Danielly Walewska Sena Araújo (UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará), Angel Lorenna Camarotta Danielly Walewska Sena Araújo Deidiane Cruz Lima

O objetivo deste work é apresentar a realidade dos conflitos na região sul do Pará em vista do massacre de Pau D'arco que mobilizou todo país, haja vista que conflitos agrários nesta região são mais presentes e inclusos a uma realidade na qual os habitantes estão familiarizados. Foi essencial a utilização de arquivos para construção deste paper, serão utilizados para análise de acontecimentos na região. Tendo como metodologia a apresentação em pôster, pesquisas, e a realização de visitas feitas no local do ocorrido. Baseando-se teoricamente em Martin Carnoy (1938), John Rawls (2002), Clifford Geertz(2006) e Aníbal Quijano (2018) que visam uma perspectiva de exploração da Amazônia e dos conflitos agrários nessa região. Tendo também como aspecto incluso no work a colonialidade, referentes a lutas de classes existentes na luta pela terra. Portanto, a finalidade da reforma agrária é realizar a distribuição de imóveis rurais para cumprir com sua função social. De acordo com o estatuto da terra que foi criado em 1964, o estado tem obrigação de garantir o direito a terra. Entretanto, tendo em vista o fato que diversas famílias camponesas são expulsas do campo, tendo suas terras tomadas por grandes latifundiários. As romarias tem um papel importante na memorização dos mártires e a nossas conquistas pelo direito a terra.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: